

OS CAMINHOS DA

Terra

VIAGEM • NATUREZA • ECOLOGIA

OS CACIQUES DA GRANA

*como os caiapós ficaram ricos
explorando a floresta*

TRANSPANTANEIRA
uma estrada abre as
portas do Pantanal

PIRATA ECOLÓGICO
ele afunda navios
para salvar baleias

16 DE JULHO DE 1945

O DIA EM QUE O MUNDO
DESCOBRIU A
BOMBA ATÔMICA

Paulinho Payakan,
o grande chefe dos
indios-empresários



9 770104 154008

CAIAPÓS SIA

O cacique Tikiri aguarda, bonachão, a hora de seu vôo. Não há porque ter pressa: pai de Paulinho Payakan, o mais famoso caiapó, ele é tratado com todas as regalias no aeroporto de Redenção



Onze da manhã, conforme o combinado. Com pontualidade britânica, protegido por quatro guerreiros, cacique Tikiri chega na Toyota chapa-branca da Funai ao hangar privativo da Jaguar Táxi Aéreo, em Redenção, no sul do Pará, a 780 quilômetros de Belém. O próprio dono da empresa, Adir dos Santos Valente, vai recepcionar a comitiva, fazendo festa. Não é para menos: Tikiri é grande cliente, pai de Bêngoroty Payakan, mais conhecido por Paulinho, o badalado líder caiapó contemplado pela ONU com o prêmio de ecologia Global 500, em 1990. Absolvido da acusação de estupro contra a estudante Sílvia Leticia Ferreira, por falta de provas, depois de passar dois anos em regime de prisão domiciliar na aldeia A-Ukre, Paulinho Payakan dispensou sua tropa de guerreiros e foi pescar. De bermuda e sandálias de borracha surradas, Tikiri ajuda a colocar as pesadas caixas de mantimentos no Centurion II, prefixo PT-IMO, um monomotor Cessna 210 de seis lugares, que em 55 minutos vai levá-lo de volta à aldeia, 230 quilômetros a noroeste de Redenção. A Funai pagará a viagem, embora o filho de Tikiri seja dono de um Cessna 206, prefixo PT-OJD, a exemplo de outros herdeiros de caciques que se acostumaram a subir num avião como quem pega um táxi. Monossilábico, o cacique faz que não entende as perguntas, mas ao notar que está sendo fotografado pergunta em bom português, esfregando o polegar no indicador: — Quanto paga para foto? Quem paga?

Com reservas cheias de ouro e madeira, os índios-empresários do Pará estão cada dia mais ricos

A casa do abastado índio Tapiet tem empregada, mordomo, motorista e seguranças. Todos brancos.



As madeiras trabalham sem parar em Redenção. Já a A-Ukre Trading Co., de Paulinho Payakan, extrai castanha das reservas para uma multinacional de cosméticos naturais



Pagando, a gente se entende, parece ensinar o velho cacique, resumindo em duas perguntas o relacionamento dos caiapós — contatados na década de 40 e hoje considerados os índios mais ricos do Brasil — com os brancos “malvados”, sempre acusados pela destruição das suas reservas, que correspondem a simplesmente 10% do território nacional (um mundão de terra com 850 mil quilômetros quadrados, do tamanho da Alemanha e da Espanha juntas) e onde vivem apenas 263 mil nativos sobreviventes ao progresso. Pelas contas oficiais, cada um dos 3 mil caiapós espalhados pelos 32 mil quilômetros quadrados das suas sete aldeias poderia ser um grande fazendeiro, com mais de 10 quilômetros quadrados per capita.

Só que essa história de bandido branco e mochinho indígena não é tão singela assim. A própria inviolabilidade das reservas indígenas não passa de ficção constitucional. No sul do Pará, por exemplo, todo mundo sabe que 70% da economia da região depende do ouro e do

mogno retirados ilegalmente das terras dos índios, fazendo a fortuna de meia dúzia — não só de alguns forasteiros brancos, donos de madeiras e empresas de mineração, mas também de uns poucos caiapós, que tornaram-se prósperos empresários, donos de aviões, carrões, mansões e tudo mais que faz a alegria do neoliberalismo caboclo. Enquanto isso, a maioria dos nativos só sai da aldeia de avião quando fica muito doente, chega a passar fome e sofre as conseqüências da falta de caça, espantada pelos madeireiros, e dos rios poluídos de mercúrio por mais de 6 mil garimpeiros, que pagam royalties a filhos de caciques.

Quem vê o imponente logotipo com a inscrição “A-Ukre Trading Co.” no hangar privado de Paulinho Payakan no aeroporto de Redenção pode pensar que os caiapós estão nadando em dinheiro, mas esta impressão só vale para uns poucos eleitos pelos deuses da selva — como seu primo Tapiet, filho de Totoí, chefe de todas as comunidades caiapós, o cacique de todos os caciques. Sua trajetória é emblemática: depois de fazer o curso de Admi-

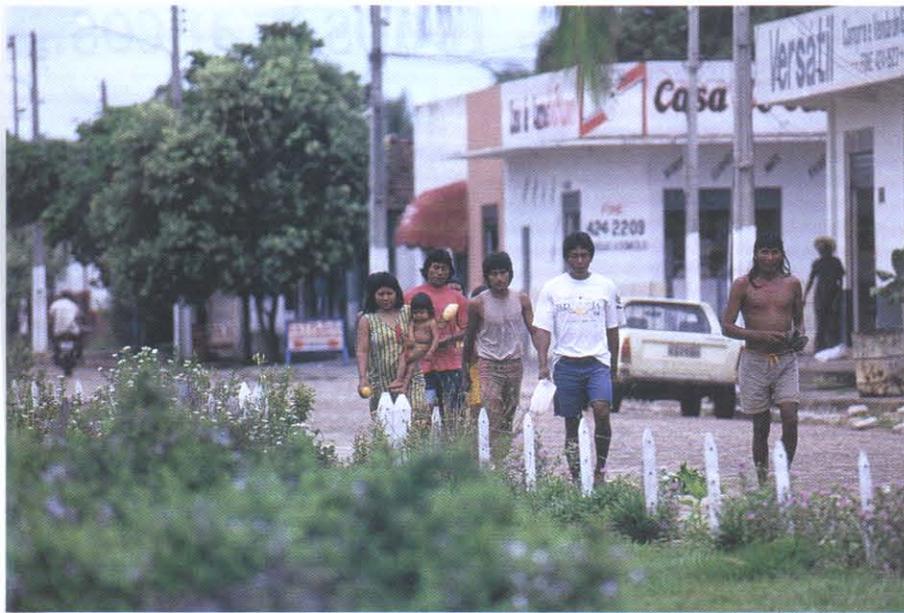


nistração Indigenista em Belém, tornou-se funcionário da Funai, chefe do posto de Inhokim, e elegeu-se vereador pelo PST, com 152 votos, em Cumarú do Norte, município recém-criado em torno de um garimpo aberto em terra caiapó no início dos anos 80. Aos 32 anos, casado, quatro filhos, Tapiet leva uma vida de fazer inveja a muito yuppie de Nova York. Tem avião, pelo menos três residências conhecidas (casas de branco rico, em Redenção, Conceição do Araguaia e na aldeia Gorotire), três carros (Tempra do ano, camionete D-20 cabine dupla e um Gol GT, que fica com seu filho Tekreroty, o *boy* da taba) e não gosta de ser acordado antes das dez da manhã. Só anda com motorista branco e, na sua casa de Redenção, é servido por um mordomo também branco, mais afetado que personagem de novela das sete, especializado em despistar quem procura o patrão. Gordo, moreno, rosto redondo, olhos puxados, cabelos compridos, protótipo de caiapó aculturado com pinta de cantor sertanejo, Tapiet tem o hábito de estar sempre em movimento, sem parar muito em lugar algum.

“Eu não falo nada... Vá falar com Funai... Não tenho tempo... Meu negócio é só a aldeia...”, desconversa, enquanto manda o motorista acelerar a camionete. Bom negócio, realmente, já que seria impensável manter seu padrão de vida apenas com os salários de vereador e funcionário da Funai. Personagem freqüente da coluna social do jornal *Folha de Carajás*, Tapiet anda mais arredio desde que se envolveu com seu filho num assalto à lanchonete do posto de gasolina de Doraci Hanemann, em Cumarú do Norte. “Foi bebedeira braba”, perdoa Doraci, que preferiu fazer um acordo com o índio-vereador a dar queixa na polícia. Mesmo porque, dar queixa contra índio nunca dá em nada. No caso de Paulinho Payakan, que dispunha de oito advogados para defendê-lo, juizes e promotores foram trocados na véspera do julgamento e a culpa sobrou para sua mulher, Irekran, considerada inimputável, embora more com dois dos seus três filhos na casa da família em Redenção. A promotoria acabou acusando Irekran pelo estupro — algo anatomicamente inviável — e os dois foram absolvidos.

UMA VIDA CONFUSA

Paulinho Payakan foi um dos primeiros caiapós a aprender a ler e escrever. Virou empresário, ganhou prêmio ecológico, envolveu-se no estupro de uma estudante. Mas os que o conhecem de perto garantem que ele, no fundo, é apenas um guerreiro, confuso com a chance do dinheiro fácil.



RETRATO DO MEDO

Entre os caiapós, como em qualquer sociedade do mundo, o dinheiro é privilégio de uma minoria — o que gera inúmeros contrastes. Nas ruas de Redenção, muitos índios passam o dia pedindo esmolas. Nos traços marcantes dos rostos da velha índia e da criança, os caiapós expressam sua história e o temor pelo futuro incerto.

Tapiet mudou demais, constatam velhos conhecidos. Seu amigo Bekuai já nem mais o visita no bangalô de quatro quartos na área mais nobre de Redenção. “Eu tenho vergonha de ir lá porque Tapiet faz desfeita. Copo, talher, tudo separado para família dele, outro índio não pode usar...”. Na porta da casa rodeada de grades altas, sempre fechada, uma placa avisa: “Proibido entrar sem permissão”. Montam guarda, além do mordomo e da empregada, dois índios a caráter e um homem branco de barba branca. Bem que outro amigo, o prefeito de Redenção, Wagner Fontes, que inventou a “Prefeitura 24 horas” (sua cama fica no quarto ao lado do gabinete), procurou alertá-lo para o crescente contraste entre a precária situação dos índios nas aldeias e a boa vida de Tapiet e seus amigos na cidade: “Falei para ele: se a riqueza dos índios for bem administrada, é possível toda a comunidade viver muito bem. Sabe o que ele me respondeu? Que o branco também é assim. Tem rico no centro da cidade vivendo muito bem e pobre passando mal na periferia, que isso tem em todo lugar...”

Resultado: no começo de setembro passado, os índios da aldeia cansaram-se de esperar o cumprimento de uma liminar expedida em fevereiro de 1994 pelo Juiz Sebastião Fagundes de Deus, da 3ª Vara Federal de Brasília, determinando a retirada de todas as empresas mineradoras, madeireiras e garimpeiros da reserva caiapó. O processo movido pelo Ministério Público contra a União e as empresas vinha-se arrastando há mais de três anos. Uma

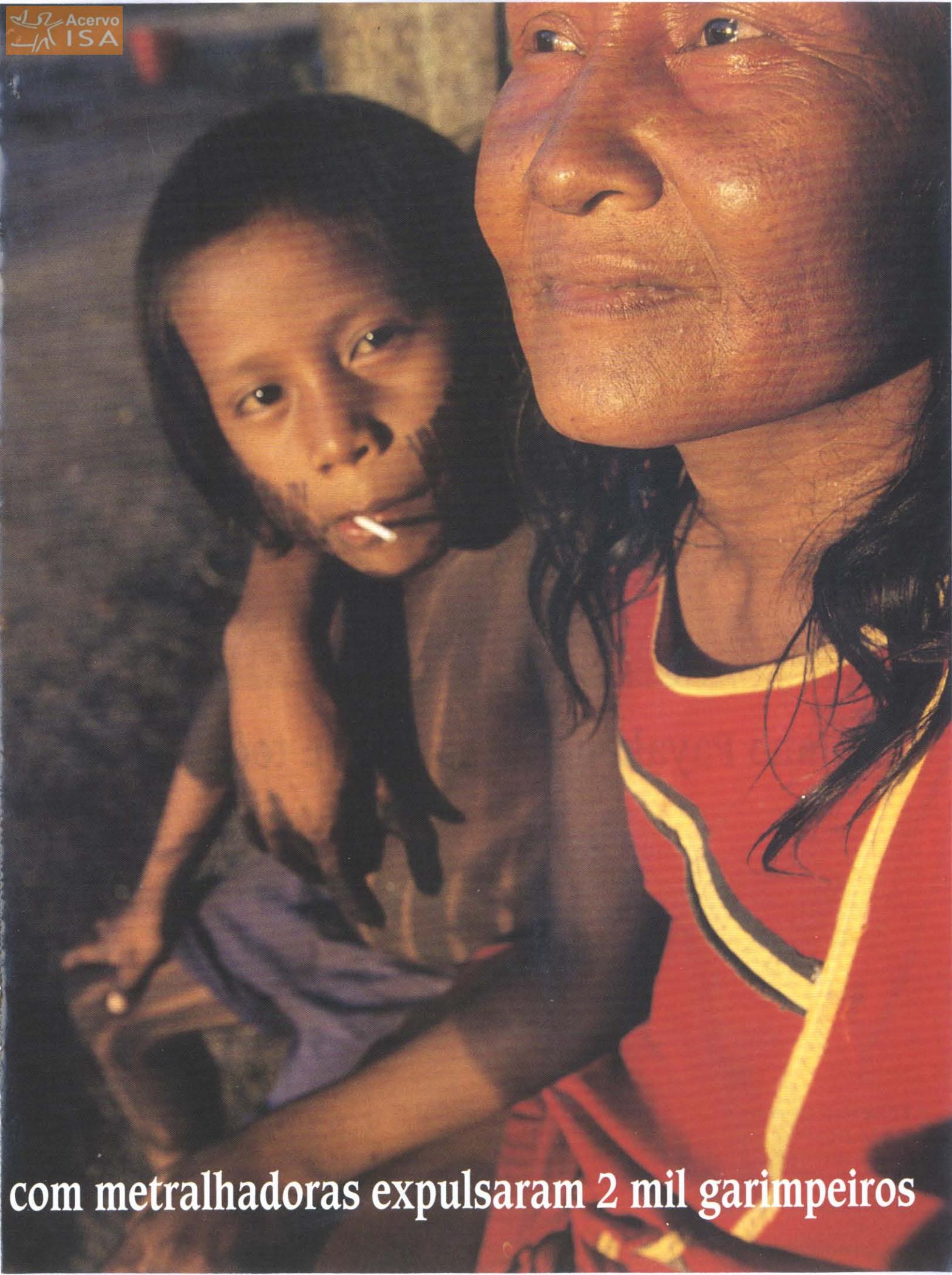
missão da Funai e outros órgãos federais estava finalmente a caminho de Redenção, quando cerca de 200 guerreiros índios fortemente armados (até com uma submetralhadora israelense UZI calibre 12, segundo a PM) chegaram ao garimpo do Santídio, atirando para o alto e destruindo tudo que encontravam pela frente. Pegos de surpresa, depois de quase dez anos de convívio pacífico com os índios — a quem pagavam um dízimo de 10% a 20% sobre o valor do ouro encontrado, além de pedágio para o pouso de aviões — os dois mil garimpeiros fugiram a pé, com a roupa do corpo, em direção a Vila Brilhante, a 75 quilômetros dali. Em dois dias de caminhada, a fome era tanta que invadiram uma fazenda e mataram uma vaca para comer. A poluição dos rios com o mercúrio usado pelos garimpeiros foi o motivo dado à Funai para a revolta. Mas por trás da fúria dos guerreiros estava a mesma razão de outro confronto, em 1985, quando cinco mil garimpeiros foram expulsos do garimpo de Maria Bonita: a riqueza do ouro não chegava às aldeias.

As origens desta guerra remontam ao início dos anos 80, quando o governo entregou à Docegeo — Rio Doce Geologia e Mineração — a tarefa de explorar os garimpos em áreas indígenas, na época em que surgia Serra Pelada, na mesma região, atraindo aventureiros de todo o país. Pouco tempo depois, a Docegeo saiu e entrou a Caixa Econômica Federal, único agente autorizado para a compra de ouro até 1988. Com a retirada também da CEF, a Funai passou a intermediar contratos dos índios diretamente com empresas como a Brasouro, Goldmine, Santa Maria e Marsam, que até hoje mantêm agências de “bancos de ouro” em Redenção.

O argumento básico para a abertura das áreas indígenas às empresas privadas — expressamente proibida pela Constituição de 1988 — foi a de suprir as necessidades dos índios e a carência financeira da Funai, que seria literalmente dizimada pelo governo Collor a partir de 1990, com o progressivo corte de verbas. Só que, com isso, ao invés de serem protegidos pela lei, os imensos latifúndios dos índios passaram a ser uma terra de ninguém. A assistência quase nunca chegava às aldeias e a ausência total de agentes da Polícia Federal, do Incri ou do Ibama permitiu que os exploradores de ouro e madeira promovessem alguma benemerência ao estilo dos traficantes nos morros do Rio de Janeiro.

Tapiet, assim como seu irmão Kubeí, e outro vereador de Cumarú do Norte, Tonkrã, também chefes de postos da Funai, passaram a servir de intermediários entre as aldeias e as empresas, sem prestar contas a ninguém, até o dia em que

Guerra na selva: no ano passado, índios armados



com metralhadoras expulsaram 2 mil garimpeiros



indígena desde 1982, não sai da sala do administrador regional da Funai em Redenção, Francisco de Oliveira Ramos. Se alguém quer falar com o administrador, os índios que passam o dia na varanda da sede da Funai perguntam primeiro: “Já falou com o cacique?” O cacique deles é Kubeí, que parece dominar aquele enclave do governo federal nesta terra de ninguém de Redenção — uma vila (*veja quadro*) que começou a surgir em torno da pista inaugurada por Adir dos Santos Valente, em 1961, só ganhou seu primeiro prefeito eleito em 1982 e, hoje, tem uma população flutuando entre 100 e 120 mil habitantes, conforme a época do ano.

“Já falei para eles: tem que se preparar para sofrer um, dois anos, tem que passar por esse padecimento na hora em que o governo proibir a exploração de ouro e madeira, para não padecer dobrado daqui a dez anos”, vai logo dizendo Francisco Ramos, olhando sempre para Kubeí. Francisco assumiu pela primeira vez o posto de Redenção em 1988 e notou mudanças dramáticas de lá para cá — a mais visível delas, na chácara dos índios montada na periferia da cidade. Antes, os índios que vinham à cidade para tratamento médico ou fazer compras dispunham na chácara dos serviços de cozinheiras, atendentes de enfermagem e um caseiro, funcionários mantidos pela própria comunidade. Agora, restou lá para tomar conta da chácara apenas a voluntária Rute Kayapó, 31 anos, deficiente física, quatro filhos, que desistiu de voltar para a aldeia.



Paulinho Payakan, Kubeí, Tapiet: todos os índios-empresários são donos de aviões em Redenção

os velhos caciques ligados a Totoí chamaram seus guerreiros e resolveram acabar com a festa. Dias depois da expulsão dos garimpeiros, porém, os três fizeram um acordo com a Marsam: em troca de pagamento de uma dívida de R\$250 mil, que os índios teriam acumulado no comércio de Redenção, eles poderiam voltar a tirar ouro por seis meses. O acordo seria cancelado posteriormente pelos caciques Kanhonk e Totoí. Na época, um enviado especial de Brasília, Odenir Pinto de Oliveira, entregou ao presidente da Funai, Dinarte Nobre de Madeiro, relatório completo no qual denuncia que a dívida assumida pela Marsam não era da comunidade indígena: “São, na verdade, débitos dos índios Tapiet, Kubeí e Tonkrã, que além de serem chefes de postos da Funai, possuem aviões, casas e carros luxuosos em Redenção”. Embora não lembre, sempre se fazendo de desentendido, o misterioso Kubeí também é dono de avião e casa em Redenção, a exemplo de Tonkrã.

Kubeí, 38 anos, quatro filhos, chefe de posto

Rute lembra que a vida dos índios já foi melhor, mas apesar das dificuldades prefere ficar na chácara. “Branco nunca fizeram nada de bom pra nós, Funai não dá assistência. Hoje, índio quer botar filho na escola. Como é que vão saber coisas de branco sem estudar? Já que índio foi civilizado tem que conhecer vida de branco...”, explica Rute, a mãezona deficiente das duas pernas, que se arrasta para zelar pelas famílias indígenas amontoadas nos quatro quartos da chácara abandonada, que não têm para onde ir. Kubeí ouviu seu desabafo, mas cala-se. Depois, limita-se a sonhar em voz alta: “Vamos voltar a viver como antigamente”. O administrador Francisco Ramos garante que não vai ser fácil esta volta. “Falaram para os índios: vocês são muito ricos, não precisam trabalhar mais, não precisam fazer nada. Bota branco para trabalhar e paga... Agora, eles acostumaram”, diz diante dos índios calados. “Apesar das extrava-

gâncias, ainda há muita riqueza nas terras dos índios, mas os jovens precisam criar juízo, olhar para a frente.”

A reviravolta na vida dos caiapós começou na aldeia Gorotire — primeiro, com o velho cacique Tuto Pombo e, depois, com Paulinho Payakan, que fundaria uma filial, a aldeia A-Ukre. Tuto Pombo, que se tornou respeitável fazendeiro em Goiás, morreu no ano passado deixando um sem número de viúvas, filhos e lendas que falam numa fortuna de 6 milhões de dólares. Quando Pombo começou a montar seu império, Paulinho Payakan foi trabalhar como peão na Transamazônica. Foi um dos primeiros caiapós a aprender português, aos 15 anos. Na volta das suas viagens para fora da aldeia, preparava relatórios, rodava-os num mimeógrafo e distribuía-os para os poucos índios que sabiam ler. Começou a voar cada vez mais alto e seu sucesso mexeu com a cabeça de seus primos Tapiet, Kubeí e Tonkrã, que encontraram nos madeireiros e garimpeiros os

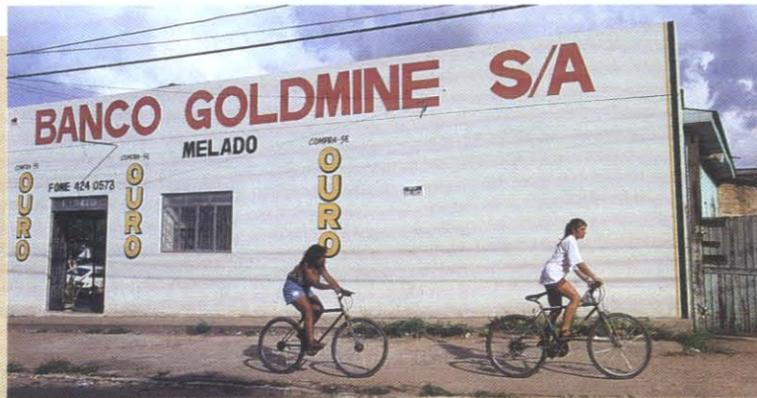
VÔOS DIÁRIOS

Os caiapós acostumaram-se a subir num avião com a naturalidade de quem pega um táxi. Os monomotores já estão incorporados ao dia-a-dia dos índios ricos, que costumam voar carregados de mantimentos para suas aldeias no interior do Estado. O aeroporto de Redenção, que não tem qualquer controle dos aviões que passam por ele, é um dos mais movimentados do Pará.



TESOURO CAIAPÓ
No sul do Pará, 3 mil caiapós vivem em reservas ricas em ouro e madeira.

O metro cúbico do mogno na Europa vale até US\$ 5 mil — um número que ameaça a cultura caiapó



Comércio de ouro e caminhões de toras (abaixo): muito dinheiro

FORTUNAS EM REDENÇÃO

Quando Arcelide Veronese, um gaúcho de Nova Prata, assumiu a prefeitura de Redenção, em 1982, a cidade tinha apenas "uma fileira de casas modestas". De lá para cá, quase tudo mudou nessa cidade do sul do Pará. Hoje, Redenção se prepara para inaugurar seu primeiro arranha-céu, um edifício de 16 andares que oferece apartamentos de quatro suítes. Seu aeroporto é um dos mais movimentados do Pará, embora não haja qualquer controle de voo. "Só tem um guarda da Prefeitura que dorme de dia e outro que dorme à noite", diz a jornalista Verediana Veronese, filha do ex-prefeito Arcelide, que se prepara para colocar no ar a primeira estação de televisão de Redenção, a NB-TV, afiliada à Globo. A televisão, assim como o jornal Folha de Carajás e a rádio Oriente, pertencem a Moisés Carvalho, filho de Neco Baiana, uma espécie de Roberto Marinho das selvas.

Todas as fortunas foram construídas em menos de vinte anos, depois que o governo abriu oficialmente as porteiras das terras indígenas. Fora o ouro e a madeira, a cidade vive de um comércio incipiente e da pecuária de corte, uma atividade que requer pouca mão-de-obra — um peão basta para tomar conta de mil cabeças de gado. Outra alternativa, o reflorestamento, tocado por três madeireiras que prometem plantar 640 mil árvores por ano, demora a dar resultados — na melhor das hipóteses, um pé de mogno, hoje cortado em poucos segundos com motosserras, leva 18 anos para ficar adulto. O crescimento rápido e desordenado da cidade, sem alternativas econômicas à vista, desemboca na sala do major

Severino Fantim, comandante do 7º Batalhão da Polícia Militar, que conta com apenas 250 homens, sem avião ou helicóptero, para cuidar da segurança de sete municípios.

É ele quem mais sente a ausência do Estado na região. Impedido por lei de entrar em áreas indígenas, ele pega apenas as conseqüências, como quando os dois mil garimpeiros expulsos pelos índios invadiram a cidade, ameaçaram saquear os supermercados e invadir a sede da Funai. Fantim sabe que a rota do tráfico de drogas passa pelos garimpos para a lavagem de dinheiro e pelo despolidado aeroporto de Redenção, mas não pode fazer nada. "Tem até avião que pousa à noite, o que é proibido. Já mandei dois ofícios à Brasil Central (a única empresa que opera vôos comerciais na cidade), oferecendo-me para fazer a segurança do aeroporto, mas nem recebi resposta", lamenta, enquanto as estatísticas vão engordando: em 1994, a polícia registrou na cidade 47 homicídios, 31 tentativas de homicídio e cinco estupros.



parceiros ideais para seus sonhos de fortuna, embalados pela condição de funcionários da Funai, o que facilitava os negócios. Já em 1987, estes negócios que devastavam a floresta apresentavam números alarmantes: do total das exportações de mogno do Pará (163 mil metros cúbicos), segundo dados da Cacex, cerca de 69% (112 mil metros cúbicos) foram extraídos de terras caiapós.

As cobiçadas *mabogany logs* (toras de mogno) são comercializadas para exportação na base de US\$ 850 o metro cúbico. Para os índios ficam apenas 5% desse valor. No final da linha, com a madeira beneficiada, o mogno chega a valer até US\$ 5 mil o metro cúbico nas lojas de móveis mais requintadas de Londres. O avanço dos importadores ingleses, americanos, alemães e irlandeses tornou-se tão assustador que levou a "Amigos da Terra", uma federação de organizações ecológicas presente em 51 países, a publicar em novembro do ano passado um dossiê sob o título "Illegal — investigação independente sobre práticas ilegais na extração e comércio de mogno na Amazônia Brasileira", que conclui: "praticamente todo o mogno proveniente da Amazônia Brasileira origina-se de práticas ilegais ou não foi submetido a nenhuma espécie de controle oficial".

Roberto Smeraldi, coordenador executivo da "Amigos da Terra" no Brasil, acompanhou o violento processo de transformação na vida dos caiapós nestes últimos cinco anos. Foi ele quem serviu de cicero a Paulinho Payakan em sua primeira viagem à Europa e aos Estados Unidos para buscar ajuda contra um projeto da Eletronorte, que previa a construção de cinco grandes barragens no Xingu, alagando 16 mil quilômetros quadrados de terras indígenas. Payakan viajou com Irekan e dois filhos. "Ele quase não saía do quarto e eu tinha que sair à meia-noite do hotel para procurar arroz branco com frango, a única coisa que eles comiam. Naquela época, Payakan não bebia nem cerveja, mas a mudança foi tão rápida, tão fora de controle, que ele hoje não consegue entender esse negócio de milhões de dólares. Ele é um guerreiro." Às vésperas da abertura da Rio 92, não muito tempo depois da viagem, o projeto da Eletronorte foi suspenso e ele se envolveria no estupro depois de uma churrascada regada a cachaça e cerveja, em sua chácara em Redenção.

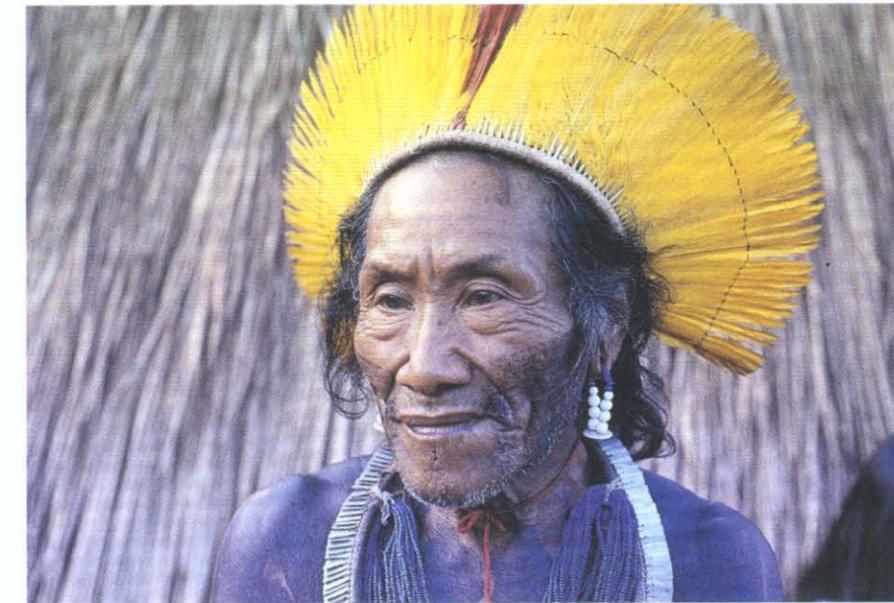
O acaso fez com que Paulinho Payakan descobrisse um outro caminho, sem agredir o meio ambiente,

para criar a "A-Ukre Trading Co.", hoje a estrela mais reluzente do seu império na selva. Durante o Encontro dos Povos Indígenas, promovido há cinco anos em Altamira, no Pará, ele conheceu a inglesa Anita Roddick, uma hippie, diretora da Body Shop, a mais poderosa multinacional no ramo de cosméticos naturais. Numa bem-sucedida joint-venture, os 250 índios agrupados em torno de Payakan passaram a produzir cinco toneladas anuais de óleo de castanha empregado na produção do "Brazilian Nut Conditioner", sucesso de vendas em todo o mundo.

De quebra, Payakan ganhou da Body Shop o hangar e o Cessna, com aparelho de navegação por satélite e tudo, raro requinte nas precárias condições de voo na região. Para garantir a produção do óleo, as índias chegam a percorrer até 10 quilômetros carregando sacos de 40 quilos de castanhas nas costas até a fábrica instalada num galpão no centro da aldeia. Payakan escolheu a dedo 18 sócios índios para a empreitada. Do lucro, que não é revelado, 80% é reinvestido em benfeitorias na aldeia e 20% repartido entre os sócios. Sem intermediários, o óleo é enviado em tambores de 200 litros de Redenção para Cumbica, em São Paulo, e de lá para Londres.

É para esta ilha de proteção à floresta que são levados habitualmente os repórteres que querem ver como vivem os índios-empresários, diante do módico pagamento de R\$700,00, voo incluso, embora a Funai tenha proibido a entrada de jornalistas na área após o confronto de setembro passado. Mas, para quem fica em Redenção, onde as culturas se encontram, o cenário é bem diferente. Enquanto na aldeia os visitantes são guiados até verdejantes roças e pomares por índios pintados de jenipapo e urucum, como nos antigos roteiros oficiais dos países socialistas, que só mostravam as coisas belas, em Redenção impera a lei da selva, o capitalismo verdadeiramente selvagem.

O grande drama dos caiapós é que seu processo de aculturação se deu com dois dos setores mais predadores da sociedade dita civilizada — os garimpeiros e os madeireiros. O imediatismo aventureiro que comanda estas atividades se refletiu no comportamento dos índios, que têm acesso à cidade e nenhuma noção de como lidar com o dinheiro. O quadro ameaça mudar com a nova disposição do governo em cumprir a lei, proibindo de vez a exploração de ouro e madeira



em terras indígenas, como determina o artigo 231 da Constituição, nunca respeitado. Mas se, de um lado, os índios agora estão divididos entre a geração yuppie liderada por Tapiet e os velhos caciques e seus guerreiros preocupados com a cultura do povo, de outro, os brancos estão mais unidos do que nunca em torno da Associação Comercial e Industrial de Redenção (ACIR). Afinal, lembra o secretário executivo da ACIR, Nisan Sarmento, "é muito dinheiro vindo do ouro e da madeira, e a cidade ainda vive em função disso".

Não há dúvida, como pode-se muito bem ver nas muitas agências de compra de ouro e, principalmente, nos caminhões carregados de toras que circulam pela avenida Araguaia, a principal de Redenção — na verdade, um trecho da PA-150, rodovia aberta pelo Exército para combater a guerrilha na região no início dos anos 70, que liga o sul do Pará a Belém e corta a cidade ao meio. Eles seguem fazendo a fortuna de caiapós como Paulinho Payakan, Tapiet, Kubeí e Tonkrã. Para quem não faz parte dessa patota, que anda pela cidade só de calção e sandália havaiana, puxando o filho nu, só resta pedir. Pedem tudo o que acham bonito e não podem ver uma máquina fotográfica que já vão fazendo como o velho cacique Tikiri, pai de Paulinho, esfregando o polegar no indicador e perguntando:

— Quanto paga para foto? Quem paga? Em breve, esta poderá ser a última tradição mantida pelos caiapós: pagando, a gente se entende. 🌍

Preocupados com a manutenção da cultura de seu povo, alguns velhos caciques formam uma frente de resistência contra a geração de índios-empresários